MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

mobral

ALGUMAS NOÇÕES SOBRE COMUNIDADE

Dra. Maria Lucia Carvalho da Silva

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO
GEPAC / 1978

Em novembro de 1964, ao participarmos do seminário sobre "o homem e a paisagem paulistana", promovido pelo I.A.B. São Paulo, ficou-nos e até hoje permanece, a preocupação do arquiteto Francisco Riopardense de Macedo quando afirmava:

> "o complexo urbano que envolve o homem moderno atinge, nas grandes cidades, dimensões tais que o esmagam, contribuindo para um isolamento individualista ou tribal e um processo de alienação negativista, contrários ao sentido de comunidade, entendido este como qualificação indispensável para a sua tomada de consciência social e, portanto, para sua integração urbana".

Prosseguia ainda o mesmo arquiteto propondo a elaboração de um programa de espaços abertos, inteiramente concebido em função das necessidades anímicas da comunidade, a fim de possibilitar ao homem urbano uma participação consciente coletiva nos problemas da vida social e condições para recriar valores humanos e sociais esquecidos ou perdidos na trepidação alucinante da sociedade industrial.

Esse programa compreenderia, basicamente, seis grupos de espaços abertos para:

recriar o mundo telúrico, recriar a história, recriar ou renovar o metabolismo social, recriar a auto-confiança, recriar as energias perdidas, e recriar a confiança no futuro.

Interessa-nos aqui, especialmente, o grupo que recria ou renova o metabolismo social, o qual visa vincular o equilíbrio das funções das diversas instituições sociais às funções da unidade social mais ampla, a comunidade, em virtude de maior responsabilidade e eficiência desta na formação da consciência social.

Nesta perspectiva, pode-se inferir a importância que tem a comunidade como categoria de estudo e análise da sociedade humana

e seus problemas, e como marco de referência em relação a todas as condições e implicações do processo de desenvolvimento urbano.

Os primeiros esforços para se estudar de forma sistemática as comunidades surgiram no final do século XIX, embora os primeiros estudos científicos datem do período posterior à I Guerra Mundial (década de 1920).

Entre os esforços precursores dos estudos sistemáticos de comunidade, destacam-se os de carater filosóficos de Ferdinand Tonnies, os de carater reformista de Charles Booth e de Robert A. Woods, e os de escritores que trataram das relações do homem com seu ambiente físico e social, como Georg Simmel, Emile Durkheim, Frederic Le Play e Patrick Geddes.

A obra clássica de Tonnies, Gemeins Chaft (comunidade) Gesellschaft (associação ou sociedade), publicada em 1887, na Alemanha, considera a distinção entre a comunidade e sociedade, de maneira abstrata, compreendendo a primeira tudo que é íntimo, orgânico, com vivência esclusivamente em comum, e a segunda o que tem representação virtual e agrega-se mecânica, artificial e passageiramente.

As obras de Charles Booth e de Robert A. Woods, publicadas na década de 1890 na Inglaterra, procuram evidenciar os males e as condições miseráveis de vida das camadas populares de uma sociedade industrial emergente nas grandes cidades, como Londres, com o objetivo de reivindicar reformas e mobilizar o interesse público pelo bem estar das comunidades.

A primeira pesquisa de natureza científica sobre comunidades, a Pittsburgh Survey foi realizada nos EE.UU e publicada entre 1909 a 1914.

A esta, seguiram-se vários outros estudos, salientando-se a pesquisa sobre Nova York, cujas conclusões foram publicadas entre 1927 e 1931.

Esses levantamentos contribuiram para a introdução de algumas melhorias nas condições sociais, para a sistematização de métodos e técnicas de coleta de dados sobre vários aspectos da vida da comunidade e para a divulgação da documentação elaborada sobre as realidades das comunidades estudadas. Contudo, tais trabalhos pouco contribuiram para uma verdadeira compreensão das forças e das causas determinantes das condições ou aspectos investigados, sendo, por isso, reconhecidos como de carater pré-sociológicos.

Os estudos realmente científicos sobre comunidade foram muito influenciados pelos trabalhos de escritores do século XIX, já mencionados, como: Simmel, que mostrou a necessidade de se estudar os grupos sociais em relação à sua situação espacial; Durkheim, que salientou a importância da divisão do trabalho na sociedade; Le Play, que insistiu no estudo da comunidade em relação ao seu ambiente físico e Geddes, que estimulou o planejamento das comunidades.

Além deles, é necessário também ressaltar o papel decisivo que desempenharam geógrafos humanos, etnólogos, biólogos, zoólogos e botânicos para a criação de uma atitude científica ao estudo de comunidades.

Os geógrafos, como Ratzel e Paul Vidal da la Blache, estudaram os efeitos das condições naturais sobre o movimento e a distribuição espacial das populações humanas e os meios adotados pelo homem para ajustar-se ao ambiente ou superar os obstáculos que este lhe apresenta.

Os etnólogos desenvolveram, a partir de Clark Wissler, o conceito de "área cultural", como uma área espacial caracterizada por determinados traços culturais diferentes de outras áreas de traços distintos. Foi desse esforço para conceituar área cultural que se derivaram posteriormente os estudos de comunidade, do ponto de vista de uma área mais extensa, a região.

Os estudos efetuados por zoólogos e botânicos sobre a relação de animais e vegetais ao seu ambiente, denominados Ecologia Animal e Ecologia Vegetal possibilitaram a formação de hipóteses por parte dos sociólogos sobre a existência de processos semelhantes de ajustamento nos grupos humanos e comunidades, abordagem essa que passou a denominar-se Ecologia Humana.

A perspectiva ecológica ao estudo das comunidades foi adotada principalmente por sociólogos americanos da Universidade de Chicago, destacando-se como pioneiros Park (Urban Community) Burgess (The City) e Mckenzie (The City) que lançaram esse tipo de estudo como um campo específico dentro da Sociologia. Para a Ecologia Humana, a unidade de estudo é a comunidade, compreendida não apenas com um agrupamento populacional, mas, sobretudo, uma estrutura populacional, uma constelação formada de unidades individuais interdependentes que se distribuem espacialmente e mantem entre si determinadas relações, sujeitas a constantes mudanças condicionadas principalmente por fatores tecnológicos.

A comunidade urbana ou rural na abordagem ecológica situa-se mais como uma unidade sociológica, do que como uma unidade jurídica ou político-administrativa. Seus limites não correspondem aos estabelecidos pela lei, mas, geralmente, os excedem. Seu tamanho é condicionado por sua influência econômica e social. Foi Charles Galpin quem primeiro demonstrou esse fato em um estudo de uma comunidade rural. A seguir, Mckenzie comprovou essa mesma conclusão através de um estudo em uma área metropolitana, que foi por ele denominada de "constelação ecológica" por compreender uma grande comunidade, em torno da qual se agrupam comunidades menores. Foi ainda Mckenzie que elaborou a teoria das mudanças cíclicas que compreende cinco processos ecológicos principais relacionados com a distribuição espacial de grupos e instituições numa comunidade. São eles:

1 - Concentração ou tendência dos indivíduos para estabelecerem-se em número crescente numa determinada área em razão desta apresentar condições favoráveis. "É o surgimento de uma comunidade".

2 - Centralização ou tendência dos indivíduos, do comércio, indústria e serviços para centralizarem-se numa determinada área do território, que passa a ser o centro comercial, a rua ou eixo principal de circulação etc.
Como parte desse processo ocorre também a descentralização ou tendência de movimento para fora do centro.

3 - Segregação ou tendência de grupos de pessoas e tipos de negócios e estabelecimentos industriais para ocuparem determinados setores de comunidade. No caso da segregação populacional o status econômico e social, a raça, o idioma, e cultural são fatores também condicionantes.

4 - Invasão ou tendência de um grupo sócio-econômico, geralmente de status inferior para mudar-se para outra área ocupada por outro grupo, comumente de status superior, e de comércio e indústria para invalidarem a área residencial. Esse fenômeno é consequência das frequentes mudanças ocorridas na estrutura social e econômica da comunidade.

5 - Sucessão ou tendência que completa o processo de invasão, conforme os habitantes originais de uma área sejam totalmente deslocados por outro tipo, ou uma área residencial seja inteiramente tomada pelo comércio e indústria.

Segundo Mckenzie essas mudanças se dão de forma cíclica, semelhantemente ao que ocorre com as comunidades vegetais.

Ao completar-se o ciclo, este pode recomeçar em decorrência de mudanças de natureza econômica que atingem a estrutura da comunidade e a posição relativa de seus diversos componentes.

A comunidade vem a ser conceituada por ele, então, como "um grupo de pessoas que vivem juntas, relacionam-se umas com as outras, de modo que compartilham não só esse ou aquele interesse particular, mas todo um conjunto de interesses bastante amplos e completos

para incluir suas vidas". Esse conceito de comunidade abrange tanto pequenos, como grandes aglomerados, desde uma vila, a uma cidade, a uma região, a um país. Burgess formulou a teoria do desenvolvimento da comunidade metropolitana em 5 círculos concentricos, a saber: zona central, zona de transição ou de deterioração, zona operária, zona residencial de alto nível e zona suburbana. Essas zonas pressionam-se e invadem umas as outras, constantemente. Embora haja muita simplificação e mesmo distorção no padrão de crescimento urbano proposto por Burgess, é inegável que a ele se deve a primeira colaboração sistemática da estrutura das comunidades urbanas e a visão da cidade, mais como uma estrutura dinâmica do que estática.

Park e Burgess conceituam "comunidade como uma área local em que as pessoas falam o mesmo idioma, conformam-se aos mesmos costumes, apresentam mais ou menos os mesmos sentimentos e tem atitudes semelhantes". Outra abordagem também importante para o estudo da comunidade foi a cultural ou antropológica a partir de pesquisas feitas em tribos primitivas. Por essa abordagem um pesquisador estranho ao ambiente procura observar, compreender e descrever o significado atribuido pelos membros da comunidade a suas instituições e atividades. O primeiro estudo desse tipo realizado por Robert e Helen Lynd em uma pequena comunidade do Centro-oeste norte americano, com o relato de todas mudanças nela ocorridas por um prazo de 10 anos.

A obra tornou-se clássica, em razão de fornecer uma análise muito precisa da cultura americana daquela época. No Brasil, os estudos de comunidade iniciaram-se na época da década de 40, destacando-se entre os primeiros, "Cruz das Almas", de Donald Pierson e "Uma Comunidade Amazônica" de Charles Wagley. Desde então, os estudos sobre comunidades brasileiras vêm se multiplicando e contribuindo para um conhecimento mais adequado da realidade nacional e das condições de mudança social.

Considerada historicamente, pode-se perceber que a interpretação do termo comunidade na literatura das ciências sociais tem evoluido de uma concepção simples para uma concepção gradativamente complexa.

A Enciclopedia de Ciências Sociais, em seu verbete sobre comunidade esclarece que a concepção de comunidade derivou-se primeiramente de idéias de estrutura: uma área geográfica, um sistema de instituições econômicas interrelacionadas e uma base independente de governo. Em seguida, a concepção de comunidade decorreu principalemente das idéias de processo: a dinâmica da sociedade passa a ser vista não mais como fruto de sua estrutura, mas explicada de preferência, pelos interesses, aspirações, necessidades e objetivos dos indivíduos interagindo com outros indivíduos na diversidade dos agrupamentos sociais. Mais recentemente, os estudiosos de comunidade, vem considerando, em sua definição, a possibilidade de inclusão de ambos os elementos: o estrutural e o funcional. Assim é que se pensa em uma combinação dos dois conceitos seguintes:

- uma comunidade, se definirmos seus atributos explícitos, é qualquer agrupamento de indivíduos conscientemente organizados habitando uma área específica ou uma localidade, dotada de autonomia política limitada, mantendo instituições primárias, entre as quais certos graus de interdependência são reconhecidos.

Esta definição incluirá povoados, vilas, municípios e cidades;

- uma comunidade, se definirmos seus atributos implícitos, é qualquer agrupamento de indivíduos conscientemente organizados habitando uma área específica ou uma localidade, dotada de autonomia política limitada, mantendo instituições primárias, entre as quais certos graus de interdependência são reconhecidos.

Esta definição incluirá, vilas, municípios e cidades;

- uma comunidade, se definirmos seus atributos implícitos, é qualquer processo de interação social que gera uma atitude e uma prática mais intensiva e extensiva de interdependência, cooperação e união. Esta concepção omite toda consideração de localização ou de outros aspectos especiais, ressaltando os processos pelos quais a socialização se efetua processos que são, em essência psicológicos e culturais.

A rigor, em sentido lógico, essas definições não podem ser conjugadas, pois uma refere-se à estrutura e a outra à função; contudo, pode-se pensar nesses dois atributos de realidade conjuntamente, isto é, como estrutura-função, donde o fato daquela dificuldade lógica deixar de ser significativa. Pelo exposto, observa-se que inexiste ainda um consenso conceitual sobre comunidade. No entanto, alguns pontos de concordância sobre comunidade já podem ser identificados. São eles:

a) conjunto de pessoas;

b) existência de um determinado grau de solidariedade entre elas;

c) sistema sócio-cultural comum que integra suas atividades;

d) base ecológica;

e) consciência de unidade e sentimento de "pertencer";

f) independência funcional de fatores especializados;

g) disposição para atuar de forma coletiva.

Geralmente pode-se distinguir os tipos de comunidade rural, urbano, suburbano, metropolitano e indígena, cuja caracterização é dependente de uma conjugação de critérios e valores diversos, como: número de habitantes, densidade demográfica, limites geo-políticos, ocupações predominantes, organização social, cultural, relações sociais, etc.

Embora haja diferenças entre comunidades urbanas e rurais, vem elas diminuindo aceleradamente graças especialmente à intensificação

Embora haja diferenças entre comunidades urbanas e rurais, vem elas diminuindo aceleradamente graças especialmente à intensificação da urbanização e as facilidades de transporte e meios de comunicação.

Entre aquelas diferenças pode-se observar que na comunidade rural a interação das pessoas e das instituições efetua-se na área local, sendo as relações primárias de natureza íntima, e baseando-se a estrutura social em grupos de parentesco, enquanto que na comunidade urbana, a estrutura social basea-se em grupos de interesse, sendo os contactos sociais mais amplos e impessoais, e os comportamentos mais racionalmente planejados. Concluindo, pode-se afirmar que todo o processo de mudança social se efetiva no contexto da comunidade, que é porisso reconhecida como um marco apropriado para a liberação e desenvolvimento dos recursos e potencialidades individuais, grupais e coletivos, em razão de dispor de capacidade natural para progredir e superar-se. A liberação destas energias da comunidade constitue em processo que pode ser programado e organizado técnica e cientificamente em relação a objetivos considerados desejáveis. A compreensão do conceito da comunidade depende de percepções relativas aos modos pelos quais as comunidades mudam e evoluem.

Assim é que a comunidade é uma realidade abrangente, dinâmica mutável em sua rede de instituições, sua teia de relações, seus padrões de comportamento sócio-cultural, seus problemas, potencialidades, vivências e aspirações, em um processo de interdependência local, regional e nacional, nas dimensões rural e urbana.

Em síntese, as ciências sociais consideram a comunidade uma instância social, um espaço social, no qual ocorrem interações pessoais, inter-grupais e portanto sociais, criando uma determinada organização social típica e própria, característica de um sistema social. Terá evidentemente uma base ecológica e poderá ter ou tender a ter uma configuração institucional do ponto de vista político-administrativo como grau mais complexo do sistema, sendo que essa complexidade varia em função de seu estágio de desenvolvimento. Os últimos estudos sociológicos enfatizam ainda que as comunidades, como as pessoas, são individualidades com vida própria, que resistem as tentativas feitas para contê-las ou enquadrá-las dentro de formas arbitrárias.

EXTRAÍDO DO DOCUMENTO " DESENVOLVIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE " APRESENTADO NO CICLO DE PALESTRAS SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO, REALIZADO EM BRASÍLIA EM 1973.